

PERFIL E DINÂMICA DAS DESIGUALDADES REGIONAIS DO BRASIL EM TERRITÓRIOS INDUSTRIAIS RELEVANTES¹

Aristides Monteiro Neto

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do Ipea.

E-mail: <aristides.monteiro@ipea.gov.br>.

Raphael de Oliveira Silva

Pesquisador no Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dirur/Ipea.

E-mail: <raphael.silva@ipea.gov.br>.

Danilo Severian

Pesquisador no PNPD na Dirur/Ipea. *E-mail:* <danilo.severian@ipea.gov.br>.

As transformações em curso na indústria apresentam rebatimentos territoriais de enorme relevância para o debate sobre as disparidades regionais no país. *Grosso modo*, ao longo de quase um século, entre 1880 e 1970, a ocupação do território brasileiro foi, em larga medida, comandada pelos desígnios do desenvolvimento industrial. A indústria ditou rumos e ritmos da urbanização, da expansão de setores agrícolas (como demandadora de recursos e insumos) e de serviços e comércio (pela expansão das rendas e diversificação das formas de consumo).

O acelerado crescimento das atividades produtivas na região Sudeste – com epicentro em São Paulo – levou, do ponto de vista do país como um todo, a um nível bastante elevado de desigualdade regional da atividade econômica. Com isso, o produto interno bruto (PIB) da região Sudeste atingiu um máximo de 65,5% do total nacional em 1970 e 54,0% em 2015.

A partir da década de 1970, conforme apontado por vários autores, a existência de um processo de desconcentração territorial de atividades produtivas se colocou em marcha. Tal processo, embora auspicioso e desejado, ocorre de maneira muito lenta (Cano, 1998; Pacheco, 1998). A forma territorial da desconcentração não vem contemplando com a mesma intensidade todas as regiões do país, retendo-se, em especial, no interior da própria região Sudeste e adicionalmente se estendendo para os estados da região Sul. Segundo Diniz (1993), as atividades industriais, em particular, apresentam trajetória de “desconcentração concentrada”, porque

se restringe um espraio da indústria a partir da região metropolitana de São Paulo (RMSP) para, inicialmente, o interior de São Paulo e, posteriormente, para os demais estados do Sudeste e do Sul.

O diferencial dessa análise realizada por Diniz (1993) foi o deslocamento da unidade espacial por ele adotada para investigação da dinâmica industrial no território: passou da tradicional macrorregião para a aglomeração industrial relevante (AIR) – conceituada como uma microrregião do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caracterizada por conter mais de 10 mil empregos industriais no ano em relevo –, permitindo a percepção de dinâmicas e trajetórias espaciais bem mais diversas que as das tradicionais macrorregiões.

O momento da análise feita por Diniz, cobrindo a dinâmica territorial da indústria brasileira do período 1970-1991, era de elevado crescimento das atividades nesse setor, e um dos interesses do estudo foi apontar, num contexto bem dinâmico, as novas manifestações da concentração territorial. O quadro para a atividade industrial mudou consideravelmente desde então. Houve regressão e baixo dinamismo da atividade industrial, tendo a indústria de transformação perdido participação relativa na economia brasileira de 18,6% em 1995 para 12,0% em 2014 (Monteiro Neto e Silva, 2018; Sampaio, 2015). Daí a necessidade de reavaliar, em perspectiva de baixo crescimento, os caminhos territoriais recentemente percorridos pelas aglomerações industriais.

1. Este texto corresponde a uma versão revista e ampliada de artigo originalmente apresentado pelos autores com o título *Agglomerações Industriais Relevantes: o que dizem sobre as desigualdades regionais no Brasil?*, no XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, em Natal-RN, em maio de 2019.

Este estudo tem como objetivo a retomada do debate sobre aglomerações industriais relevantes, buscando recuperar seu potencial explicativo, bem como assinalar suas limitações para a compreensão da dinâmica atual das transformações industriais no país. Para tal, o texto explora brevemente, na seção 2, os termos da discussão acadêmica sobre a concentração e desconcentração territorial de atividades no país e apresenta as ferramentas metodológicas requeridas para a investigação. Na seção 3, as AIRs são investigadas do ponto de vista de sua dinâmica do emprego industrial; também é analisada a relação delas com o valor adicionado da indústria, bem como a interação entre AIR e tamanho populacional do aglomerado urbano. Na seção 4, um alargamento do conceito de aglomeração industrial é apresentado no sentido de incorporar núcleos indústrias de menor porte. Deste modo, a caracterização de aglomerações industriais potenciais (AIPs) é sugerida. A análise visa ao entendimento de padrões atuais de expansão territorial da indústria em cenário de perda de dinamismo desse setor no conjunto da economia nacional. Por fim, algumas conclusões são apresentadas.

Duas questões foram inicialmente propostas logo no título do trabalho: onde estão as AIRs e como elas contribuem para o entendimento da dinâmica regional brasileira. Em outras palavras, busca-se compreender como se expressam no território, na atualidade (a “foto”), e, a partir de elementos de sua dinâmica, obter dados que prefigurem o curso ou trajetória de sua configuração futura (o “filme”).

Quanto à primeira, encontrou-se que as AIRs se localizam predominantemente nas regiões Sudeste e Sul do país, que tinham 77,6% das AIRs nacionais (do total nacional de 85), em 1995, e permanecem com a elevada fração de 73,1% do total de 160, em 2015. Em termos de geração de valor agregado bruto (VAB), essas duas regiões geraram, conjuntamente, 85,1% e 78,1% do total nacional, respectivamente, em 2000 e 2015. Portanto, o território da atividade industrial no Brasil permanece, em parcela muito significativa, nas suas duas regiões mais desenvolvidas. Colocadas estas afirmações, deve-se registrar que alterações em curso refletiram na redução (ainda que insuficiente) da participação das regiões desenvolvidas no emprego e no VAB da indústria. Dito de outro modo, as regiões de menor nível de desenvolvimento apresentaram elevações nas quantidades de suas aglomerações

industriais: 32% das novas AIRs que surgiram em todo o país no período se localizam nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dando formas a um vetor de desconcentração territorial das aglomerações industriais.

A segunda questão refere-se às tendências em curso. O território tornou-se elemento fundamental do desenvolvimento das AIRs. Mesmo em contexto de baixo crescimento da atividade industrial no país, o número de AIRs teve considerável aumento, passando de 85 para 160 unidades entre 1995 e 2015. Portanto, em meio a um quadro geral de perda de participação relativa da indústria no produto interno bruto, de redução da densidade produtiva e da produtividade média do trabalho, novos territórios do país se tornaram espaços de localização e expansão de atividades industriais.

O espraiamento no território tende a configurar-se em elemento de resistência e/ou resiliência a uma crise de capacidade produtiva. Aproveitando-se da expansão da renda real familiar pelo aquecimento do mercado de trabalho, das transferências governamentais para pessoas e regiões mais pobres e também da evolução dos investimentos públicos federais, novas aglomerações industriais surgiram e se desenvolveram tanto quanto aglomerações preexistentes puderam se expandir mais celeremente.

REFERÊNCIAS

CANO, W. **Desequilíbrio regional e concentração industrial no Brasil: 1930-1995**. Campinas: Unicamp, 1998.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, set. 1993. Disponível em: <<https://bit.ly/2LbqgHG>>.

MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R. O. Desconcentração territorial e reestruturação regressiva da indústria no Brasil: padrões e ritmos. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2402). Disponível em: <<https://bit.ly/2NGUtAu>>.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Unicamp, 1998.

SAMPAIO, D. P. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.